



NOTA INFORMATIVA AOS INTERESSADOS SOBRE OS PRECATÓRIOS
DO FUNDEF DE CAMPO ALEGRE - AL
DE 03 DE ABRIL DE 2023

O **Prefeito do município de Campo Alegre, Nicolas Pereira**, e a **Secretária Municipal de Educação, Prof.ª Márcia Nascimento**, vêm à público **INFORMAR E SOCIALIZAR** aos munícipes campo-alegrenses, especialmente, aos Profissionais da Educação e aos Beneficiários dos Precatórios do FUNDEF, cuja relação nominal dos beneficiários e suas respectivas cota-parte foram elaboradas pela Comissão Especial de Acompanhamento dos Precatórios da Educação – CEAPE e homologadas através do Decreto Municipal nº 37, de 07 de dezembro de 2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas (Ano X/nº 1.941), as **RECENTES MOVIMENTAÇÕES DOS PROCESSOS JUDICIAIS QUE TRATAM DO PRECATÓRIO DO FUNDEF DE CAMPO ALEGRE**.

Inicialmente, esclarecemos que a Gestão Municipal sempre pautou suas ações com base no princípio da legalidade e da probidade administrativa, e, após a promulgação da Emenda Constitucional nº 114, de 16 de dezembro de 2021, sempre atuou no sentido de fazer o “rateio” dos precatórios, inclusive sendo o primeiro Município do Estado a sancionar legislação específica da matéria com responsabilidade e transparência, destacando-se aqui que fez constar no projeto de lei aprovado pela câmara de vereadores a expressa vedação de que haja o desconto por incidência do imposto de renda e de fins previdenciários, também em obediência aos termos da legislação federal.

De igual modo, a gestão municipal sempre deixou transparente a todos que o recurso financeiro pago pela União ao Município de Campo Alegre, em virtude do Precatório FUNDEF, oriundo do processo de execução judicial nº 0802510-03.2018.4.05.8000, que tramita na 4ª Vara Federal, se encontra bloqueado em conta judicial da referida vara federal.

Ademais, recentemente, foi divulgado pelo Prefeito Nicolas Pereira que o Juiz Federal concedeu prazo para o Ministério Público Federal se manifestar a respeito do pedido de liberação do recurso financeiro solicitado pelo Município em 01/12/2022, uma vez que a decisão anterior do juiz da 4ª vara federal, em agosto de 2020, foi no sentido de determinar o trânsito em julgado do processo originário (0007879-94.2007.4.05.8000 – Aresp nº 2148774) que deu causa aquela execução judicial (0802510-03.2018).

Nesse sentido, informamos as recentes atualizações processuais, conforme descrições a seguir e os anexos com as imagens das telas de movimentação eletrônica dos Processos em questão.

1. Conforme **ANEXO 1 – MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO NA 4ª VARA FEDERAL DE ALAGOAS**, consta que, no último sábado, **dia 1º de abril**, o Ministério Público Federal - MPF e a União foram formalmente intimados da decisão proferida em 16/03/2023, que concedeu prazo para o MPF se manifestar acerca do pedido do Município de Campo Alegre para que houvesse a liberação dos recursos financeiros.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

Na segunda imagem do ANEXO 1, se visualiza que em **03/04/2023 (hoje) se iniciou o prazo do MPF**, com previsão final para manifestação em 19/04/2023, em razão de o Ministério Público ter a prerrogativa de ter todos os prazos processuais contados em dobro¹, razão pela qual consta o prazo de 10 (dez) dias.

2. No **ANEXO 2 - MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO NO STJ**, consta a movimentação de que o **processo originário transitou em julgado no Superior Tribunal de Justiça - STJ, em 31/03/2023**, e na mesma data foi remetido ao **Supremo Tribunal de Federal – STF**.

Desse modo, agora somente falta o julgamento do STF para que o processo originário transite em julgado e finalize qualquer discussão a respeito do direito do Município.

Ressalta-se que havendo o trânsito em julgado desse processo originário, há a decisão de agosto de 2020 do juiz da 4ª Vara Federal que permitirá a liberação do dinheiro do precatório bloqueado, sendo essa a segunda via de liberação adotada pela gestão municipal.

3. O **ANEXO 3 – REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL NO STF** demonstra que o processo originário de Campo Alegre, que deu origem a execução judicial do precatório FUNDEF, que está bloqueado por decisão judicial da 4ª vara Federal, já **se encontra no Supremo desde 31/01/2023** e foi **autuado na data de hoje, 03/04/2023**, porém ainda sem distribuição para Relatoria de Ministro.

Dessa maneira, buscamos demonstrar a todos os interessados que a gestão acompanha o andamento dos processos do FUNDEF de perto, buscando todos os meios possíveis para que haja a liberação do recurso com a maior brevidade possível.

Todavia, infelizmente, não depende do prefeito, da secretaria de educação ou da procuradoria do município a liberação do dinheiro do precatório FUNDEF, mas tão somente de decisão do juiz da 4ª Vara Federal, que solicitou a opinião do MPF acerca do pedido de liberar o recurso financeiro bloqueado antes do trânsito em julgado da ação originária ou não.

Ressalta-se que essa nova tentativa de liberação do recurso, protocolada em 01/12/2022, decorreu de análise conjunta dos advogados responsáveis pelo processo e da Procuradoria, em busca de conseguir a liberação antes do trânsito em julgado da ação.

Em outros termos, o Município hoje conta com duas possibilidades para liberação do dinheiro, uma pelo trânsito em julgado do processo originário, que se encontra no STF desde a última sexta-feira (31/03/2023), ou através do novo pedido de liberação, de 01/12/2022.

Ademais, importante destacar ser óbvio que a gestão municipal possui interesse na pronta liberação do dinheiro dos precatórios, visto que poderá realizar o rateio aos beneficiários, que por sua vez movimentarão todo o comércio local, produzindo mais

¹ Art. 180. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, nos termos do art. 183, § 1º. (Código de Processo Civil)



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

desenvolvimento ao Município, inclusive geração de emprego e renda, além de que a outra parte do precatório (40%) pertence ao próprio município, que será utilizada pela gestão para garantir mais investimentos na própria educação municipal, seguindo as normas da lei e do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o MPF.

Por fim, além de nos colocarmos à disposição para qualquer diálogo, informamos ainda que estaremos de prontidão, dia a dia, acompanhando todas as decisões judiciais e, sempre que surgir fato novo, estaremos repassando para todos os beneficiários e interessados, como sempre fizemos com muita responsabilidade, transparência, honestidade e, especialmente, ética.

Desde já, certos do entendimento e compreensão de todos, renovamos as nossas considerações e cordialidades!

Campo Alegre – AL, em 03 de abril de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
Prefeito Nicolas Teixeira Tavares Pereira

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED
Secretária Municipal Maria Márcia Nascimento dos Santos



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

**ANEXO 1 – MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO NA 4ª VARA FEDERAL
EM ALAGOAS**

pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaProcesso/Detalhe/listProcessoCompletoAcessoTerceiros.seam?idProcessoTrf=61738

Processo Judicial Eletrônico
Justiça Federal em Alagoas [Fale conosco](#) node04

Dados do Processo

Número processo 0802510-03.2018.4.05.8000T	Data de autuação 09/04/2018	Data de distribuição 09/04/2018
Classe judicial CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	Órgão julgador 4ª VARA FEDERAL	Processo referência 0007879-04.2007.4.05.8000
	Valor da causa R\$ 28.373.914,32	Usuário cadastro HENRIQUE CARVALHO DE ARAÚJO

Processo Expedientes (43) Audiência Perícia Anexos Físicos Distribuição Associados Retificações Dados da CDA Acesso de Terceiros

Download de documentos em PDF Paginador Recurso para TRF

Movimentações do Processo

Assuntos

DIREITO TRIBUTÁRIO|Contribuições|Contribuições Especiais|FUNDEF|Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério|FUNDEF|Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

Foram encontrados: 1 resultados

Polo ativo

Participante	Tipo de participação	Situação RFB
MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE	EXEQUENTE	
HENRIQUE CARVALHO DE ARAÚJO - AL6839	ADVOGADO	Não validado

Foram encontrados: 2 resultados

Polo passivo

Participante	Tipo de participação	Situação RFB
UNIÃO FEDERAL	EXECUTADO	

Foram encontrados: 1 resultados

Outros interessados

Participante	Tipo de participação	Situação RFB
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	CUSTOS LEGIS	

Foram encontrados: 1 resultados

Instância [Todos] Sim Não **Exibir certidões automáticas** Tipo de documento [Todos]

Descrição do documento Documentos liberados para advogado/procurador renomear Número identificador

Pesquisar Limpar

Documentos

Identificador	Assinatura	Descrição	Tipo de documento	Documentos/Ícones
4058000.12587411	01/04/23 00:02	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação	
4058000.12587410	01/04/23 00:02	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação	
4058000.12479771	24/03/23 10:22	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação	
4058000.12453268	22/03/23 00:00	Certidão de Retificação de Autuação	Certidão de retificação de autuação	
4058000.12448109	21/03/23 10:09	Intimação	Expediente	
4058000.12394793	18/03/23 09:48	Decisão	Decisão	
4058000.12287653	03/03/23 15:33	TERMO DE CONCLUSÃO	Certidão	
4058000.11950933	09/01/23 11:41	UNIÃO	Manifestação	
4058000.11950934	09/01/23 11:41	decisão extinguindo execução de título decorrente da AMA - art. 104 CDC - ação individual DF	Documento de Comprovação	
4058000.11908388	19/12/22 09:09	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação	
4058000.11880555	13/12/22 10:24	Intimação	Expediente	
4058000.11880441	07/12/22 11:37	DEMONSTRADA MÁ FÉ DA UF	Manifestação	
4058000.11880442	07/12/22 11:37	Doc. 01 - Planilha executada de ação coletiva	Documento de Comprovação	
4058000.11858941	08/12/22 23:01	UNIÃO	Manifestação	
4058000.11858942	08/12/22 23:01	Inicial da execução do título da AMA - 0804083-81.2015.4.05.8000	Documento de Comprovação	
4058000.11858943	08/12/22 23:01	Petição de extinção apresentada na execução AMA - 0804083-81.2015.4.05.8000	Documento de Comprovação	

1 10 Foram encontrados: 180 resultados



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

Processo Judicial Eletrônico
Justiça Federal em Alagoas

Processo 080210-03.2018.4.05.80007
Data de adjução 09/04/2018
Data de distribuição 09/04/2018
Classe judicial CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Órgão julgador 4ª VARA FEDERAL
Processo referênciã 0007879-94.2007.4.05.8000
Valor da causa R\$ 28.373.914,32
Usuário cadastrado HENRIQUE CARVALHO DE ARAÚJO

Processo Expedientes (43) Audiência Pênas Anexos Filiais Distribuição Associações Petições Dados de CDA Acesso de Terceiros

Pesquisar expedientes

Expediente	Envia	Confirmado por	Início do prazo	Prazo em dias	Prazo final sugerido	
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL Intimação via Sistema	21/03/2023	Sistema em 21/03/2023	03/04/2023	10	19/04/2023	
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE Intimação via Sistema	21/03/2023	HENRIQUE CARVALHO DE ARAÚJO em 24/03/2023	-	-	-	
UNIÃO FEDERAL Intimação via Sistema	21/03/2023	Sistema em 21/03/2023	-	-	-	
UNIÃO FEDERAL Intimação via Sistema	13/12/2022	JEFFERSON DOS SANTOS VIEIRA em 19/12/2022	23/01/2023	5	27/01/2023	
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE Intimação via Sistema	12/08/2020	HENRIQUE CARVALHO DE ARAÚJO em 14/08/2020	17/08/2020	30	30/09/2020	
UNIÃO FEDERAL Intimação via Sistema	12/08/2020	Adm de Medicina Duarte Buhseitz em 21/08/2020	24/08/2020	30	07/10/2020	
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE Intimação via Sistema	20/05/2020	HENRIQUE CARVALHO DE ARAÚJO em 28/05/2020	02/06/2020	5	08/06/2020	
UNIÃO FEDERAL Intimação via Sistema	20/05/2020	PAULO HENRIQUE PADILHA DE MELO NOUAS em 28/05/2020	02/06/2020	5	08/06/2020	
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE Intimação via Sistema	15/12/2019	Sistema em 20/12/2019	22/01/2020	30	05/02/2020	
UNIÃO FEDERAL Intimação via Sistema	15/12/2019	Sistema em 20/12/2019	22/01/2020	30	05/02/2020	



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

ANEXO 2 – MOVIMENTAÇÃO DO PROCESSO ORIGINÁRIO NO STJ

STJ		INSTITUCIONAL	PROCESSOS	JURISPRUDÊNCIA	PRECEDENTES (REPETITIVOS)	COMUNICAÇÃO	LEIS E NORMAS	SOB MEDIDA	CONTATO E A	
Tipo de consulta: Consulta pública		selecione a forma de acesso para visualização de autos eletrônicos							Avalie nosso serviço E ajude a aprimorar a Consulta Processual.	
AREsp nº 2148774 / AL (2012/0191227-3) autuado em 12/09/2012										
Detalhes		Fases		Decisões		Petições		Pautas		
31/03/2023 15:58		Recebidos os autos no(a) SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - número de controle 0007879942007405800020230331155418 (132)								
31/03/2023 15:54		Remetidos os Autos (em grau de recurso) para SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL recebendo o número de controle 0007879942007405800020230331155418 (123)								
31/03/2023 12:29		Disponibilizado para remessa eletrônica ao Supremo Tribunal Federal (30025)								
31/03/2023 12:29		Transitado em Julgado em 31/03/2023 (848)								
31/03/2023 12:26		Decorrido prazo de MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE em 21/03/2023 para recurso à r. Decisão de fls. 674/677 e-STJ. (1051)								
13/02/2023 01:53		ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO intimado eletronicamente da(o) Despacho / Decisão em 13/02/2023 (300104)								
13/02/2023 01:53		ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO intimado eletronicamente da(o) Despacho / Decisão em 13/02/2023 (300104)								
13/02/2023 01:42		MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL intimado eletronicamente da(o) Despacho / Decisão em 13/02/2023 (300104)								
13/02/2023 01:42		MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL intimado eletronicamente da(o) Despacho / Decisão em 13/02/2023 (300104)								
02/02/2023 06:01		Disponibilizada intimação eletrônica (Decisões e Vistas) ao(à) ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (300105)								
02/02/2023 06:01		Disponibilizada intimação eletrônica (Decisões e Vistas) ao(à) ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (300105)								
02/02/2023 05:51		Disponibilizada intimação eletrônica (Decisões e Vistas) ao(à) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (300105)								
02/02/2023 05:51		Disponibilizada intimação eletrônica (Decisões e Vistas) ao(à) MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (300105)								
02/02/2023 05:04		Publicado DESPACHO / DECISÃO em 02/02/2023 (92)								
02/02/2023 05:04		Publicado DESPACHO / DECISÃO em 02/02/2023 (92)								
01/02/2023 19:27		Disponibilizado no DJ Eletrônico - DESPACHO / DECISÃO (1061)								
01/02/2023 19:27		Disponibilizado no DJ Eletrônico - DESPACHO / DECISÃO (1061)								
01/02/2023 16:20		Ato ordinatório praticado - Documento encaminhado à publicação - Publicação prevista para 02/02/2023 (11383)								
01/02/2023 16:20		Não conhecido o recurso de UNIÃO (235)								
01/02/2023 16:20		Conheço do agravo de MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE para não conhecer do Recurso Especial (12436)								



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

ANEXO 3 – REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL / RELATORIA

portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6607864

Supremo Tribunal Federal

Processos | Repercussão Geral | Jurisprudência | Publicações | Estatística | Comunicação

Peticione e acompanhe processos:

O que você procura?

Processos | Jurisprudência | Notícias | Repercussão Geral

Por Classe e Número

ARE 1430246

PROCESSO ELETRÔNICO PÚBLICO

NÚMERO ÚNICO: 0007979-94.2007.4.05.0000

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO

Origem: AL - ALAGOAS

Relator:

RECTE(S)	UNIÃO
PROC(A/S)(ES)	ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
RECDO(A/S)	MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
ADV(A/S)	BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI (12066A/AL, A1186/AM, 29331/BA, 35568-A/CE, 12924-A/MA, 19353-A/PB, 19353/PE, 228940/RJ, 959-A/RN, 349642/SP)

Informações | Partes | Andamentos | Decisões | Sessão virtual | Deslocamentos | Petições | Recursos | Pautas

03/04/2023 Autuado

31/03/2023 Protocolado
Protocolado via Web Service MNI 2.2.2